

REFORÇAR A UNIDADE E A LUTA

Defender os Salários e as Pensões, o Emprego, os Direitos, os Serviços Públicos e a Democracia

1

O Plenário Nacional da Frente Comum de Sindicatos de Trabalhadores da Administração Pública considera que o desenvolvimento do programa do governo – no seguimento dos memorandos assinados pelo PSD/PS/CDS com a UE/BCE/FMI – e as medidas agora apresentadas no Orçamento do Estado para 2012 constituem o maior ataque aos trabalhadores, aos aposentados/reformados, ao povo e ao país, desde o derrube do fascismo. É o caminho do abismo para os trabalhadores e a generalidade da população portuguesa, em prol da continuidade da centralização e concentração da riqueza e do domínio do capital financeiro.

Um caminho, que, utilizando a crise como pretexto, se percebe ser uma opção política dos partidos que têm governado nos últimos seis anos, opção desenvolvida e prosseguida, agora, de forma ainda mais feroz pelo governo e pelos partidos que sustentam a maioria parlamentar. As sucessivas medidas aplicadas e anunciadas por Passos Coelho para o futuro próximo são apenas a outra “face da mesma moeda” que os trabalhadores portugueses, muito particularmente os da administração pública, conheceram com o governo do PS.

Na Administração Pública – de forma ainda mais acentuada e brutal -, o governo desenvolve uma nova escalada de ataque aos trabalhadores, com o roubo de salários e pensões, aumento de impostos, precarização dos vínculos laborais, despedimentos e retirada de outros direitos adquiridos ao longo de décadas de luta, designadamente na saúde, na carreira profissional, ou na estabilidade laboral e sócio-familiar, com vista à privatização e externalização dos serviços públicos rentáveis.

Esta política tem como objetivos a destruição da Administração Pública na sua matriz constitucional, o desmantelamento do poder local democrático, bem como a degradação dos serviços públicos – designadamente na Educação, na Saúde, na Justiça, na Segurança Social, na Cultura - com consequências terríveis para as populações que, ou deixam de ter acesso aos mesmos ou suportam custos cada vez mais elevados e incontroláveis.

Assim, aproveitando e invocando a crise económica do sistema capitalista, as forças políticas subscritoras dos memorandos e que têm vindo a desenvolver políticas de direita contra a Administração Pública e os seus trabalhadores, desde há mais de 30

Plenário Nacional

RESOLUÇÃO

21 DE OUTUBRO DE 2011

anos, querem ajustar contas com as conquistas democráticas, sindicais, sociais e culturais da Revolução de Abril, pondo em causa a própria democracia.

2

O Plenário Nacional da Frente Comum de Sindicatos de Trabalhadores da Administração Pública afirma que não pode haver desenvolvimento económico do país sem a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população.

Por isso, os trabalhadores recusam:

- Que o governo tenha em preparação, com o OE 2012, o fim das carreiras especiais;
- Que o governo pretenda dar carácter definitivo aos cortes salariais impostos em 2010 para 2011;
- Que os trabalhadores fiquem sujeitos a aumentos selvagens dos seus horários de trabalho e a uma redução bruta do valor das horas extraordinárias (50%);
- Que o governo prossiga a descapitalização da ADSE até à supressão deste regime de proteção social;
- Que o governo pretenda colocar mais 50.000 trabalhadores no desemprego e atirar para o sistema de mobilidade especial muitos outros milhares de trabalhadores;
- Que o governo queira impor aos trabalhadores em mobilidade especial um ainda maior corte na sua remuneração, atingindo uma redução real de 50% ao final de um ano nessa situação;
- Que o governo queira aproveitar-se da fragilidade dos trabalhadores em mobilidade especial, preparando-se para recrutar entre esses os que virão a satisfazer necessidades transitórias de emprego em todos os sectores.

Não aceitamos e lutaremos contra a imposição de sacrifícios e medidas de austeridade – que, de resto, não atingem o grande capital, antes o favorecem. Recusamos assim que se atire o peso da crise para as costas dos trabalhadores e recusamos igualmente os inadmissíveis retrocessos sociais e civilizacionais que atiram para a miséria e a marginalidade cada vez mais portugueses.

Por isso, defendemos e vamos lutar pelas reivindicações da **Proposta Reivindicativa Comum para 2012**, de que destacamos:

- . Devolução dos valores roubados este ano com os cortes nos salários e pensões;
- . Atualização dos salários e pensões em percentagem não inferior à da taxa de inflação, com um mínimo de 50 euros;
- . Atualização do Subsídio de refeição para 6,50 euro;

Plenário Nacional

RESOLUÇÃO

21 DE OUTUBRO DE 2011

. Vínculo público de nomeação para todos os trabalhadores da Administração Pública, incluindo os que exercem funções na EPE;

. Reintrodução dos quadros de pessoal e integração nestes quadros dos trabalhadores em situação de mobilidade especial, bem como daqueles que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, independentemente da situação contratual em que se encontram;

. Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública;

. Revisão do SIADAP e fim do irracional e injusto sistema de quotas.

Não aceitamos que o governo não responda a estas propostas e transforme a negociação geral anual legalmente institucionalizada num mero faz-de-conta, subvertendo a lei e tentando iludir os trabalhadores e a opinião pública.

3

Perante o exposto, o Plenário Nacional da Frente Comum de Sindicatos de Trabalhadores da Administração Pública faz um veemente apelo à unidade de todos os trabalhadores da Administração Pública, com vista ao necessário e imprescindível desenvolvimento e aprofundamento da luta contra a guerra que o governo declarou aos trabalhadores e considera absolutamente necessário:

- 1. Uma forte e ativa participação na Greve Geral Nacional convocada para o próximo dia 24 de novembro.**
- 2. A realização de uma Grande Manifestação Nacional da Administração Pública, na primeira quinzena de novembro.**
- 3. A participação ativa na semana de luta da CGTP-IN que ontem se iniciou e na qual este Plenário se incorpora, designadamente através da dinamização de discussões nos locais de trabalho sobre a necessidade de resistir e aprofundar a luta contra os objetivos do governo, em defesa dos direitos, salários e pensões e na rejeição das políticas de direita.**
- 4. A promoção e/ou participação em ações gerais e setoriais que visem defender os serviços públicos, designadamente no Ambiente, contra a privatização da Água, na Saúde, na Educação e na Segurança Social.**
- 5. A sua total disponibilidade para participar em todas as formas de luta – manifestações e greves, parciais ou gerais - que a gravidade da situação justifica se venham a desenvolver cada vez com mais intensidade.**

Plenário Nacional

RESOLUÇÃO

21 DE OUTUBRO DE 2011

6. A continuação do desenvolvimento e aprofundamento da luta, exigindo que o governo dê resposta positiva às reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública, consubstanciadas na Proposta Reivindicativa Comum para 2012.